



COMUNICADO

Reuters>bcp.ls - Exchange>BCP - Bloomberg>bcp pl
ISIN - PTBCPOAM0015

Millennium
bcp

17 de maio de 2021

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de março de 2021

Rendibilidade

Evolução favorável do resultado líquido e do resultado antes de imparidades e provisões

- **Resultado líquido do Grupo** de **57,8 milhões de euros** no primeiro trimestre de 2021 (**+63,8%** face ao primeiro trimestre de 2020), apesar do reforço de 112,8 milhões de euros nas provisões para riscos legais associados a créditos em francos suíços concedidos na Polónia.
- **Resultado antes de imparidades e provisões aumenta 5,8%**, para 329,5 milhões de euros. **Reforço expressivo** das **imparidades e provisões**, totalizando 242,8 milhões de euros nos primeiros três meses de 2021.
- **Custos operacionais reduzem 9,2%**, com *cost to core income* em base comparável de 47%.

Capital e Liquidez

Posição adequada de capital; liquidez reforçada

- **Rácio CET1** e **rácio de capital total fully implemented** estimados de **12,2%** e **15,5%**, respetivamente, ambos acima dos requisitos regulamentares.
- **Níveis de liquidez elevados**, muito acima dos requisitos regulamentares. Ativos disponíveis para financiamento junto do BCE de 23,0 mil milhões de euros.

Evolução do negócio e Qualidade do crédito

Forte dinâmica de crescimento nos recursos; crescimento continuado da carteira de crédito; níveis de cobertura confortáveis

- **Aumento de 2,0 mil milhões de euros** no **crédito performing** em **Portugal**, **+5,9%** face a março 2020, com **redução** dos **NPE** de 0,7 mil milhões de euros. **Níveis de cobertura confortáveis**, em contexto adverso. **Crescimento de 7,1 mil milhões de euros** nos **recursos totais de clientes do Grupo**.
- **Crescimento** da base de **Clientes**, com destaque para os **Clientes mobile** (**+538 mil**, dos quais **+221 mil** em **Portugal**).
- **Banco líder** na **satisfação** com os **clientes digitais** (Basef 5 maiores bancos).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A., Sociedade Aberta.
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto.
Capital Social: 4.725.000.000,00 Euros.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882.
LEI: JU1U6SODG9YLT7N8ZV32

DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Bernardo Collaço

Telf. +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
bernardo.collaco@millenniumbcp.pt
lmonteiro@millenniumbcp.pt

CONTACTO DE IMPRENSA

Erik T. Burns

Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt



SÍNTESE DE INDICADORES (1)

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20	Var. 21/20
BALANÇO			
Ativo total	88.566	81.499	8,7%
Crédito a clientes (líquido)	54.344	52.507	3,5%
Recursos totais de clientes	87.042	79.955	8,9%
Recursos de clientes de balanço	66.888	62.306	7,4%
Depósitos e outros recursos de clientes	65.373	60.815	7,5%
Crédito a clientes (líq.) / Depósitos e outros recursos de clientes (2)	83,1%	86,3%	
Crédito a clientes (líq.) / Recursos de clientes de balanço	81,2%	84,3%	
RESULTADOS			
Margem financeira	376,0	385,5	-2,5%
Produto bancário	588,8	597,2	-1,4%
Custos operacionais	259,3	285,7	-9,2%
Custos operacionais excluindo itens específicos (3)	258,6	276,3	-6,4%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	111,0	86,1	28,8%
Outras imparidades e provisões	131,8	115,7	14,0%
Impostos sobre lucros	57,6	65,6	-12,2%
Resultado líquido	57,8	35,3	63,8%
RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	2,7%	2,9%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA)	0,1%	0,2%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	0,4%	0,5%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	4,0%	2,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	5,1%	6,3%	
Taxa de margem financeira	1,9%	2,1%	
Rácio de eficiência <i>core</i> (2) (3)	46,7%	48,9%	
Rácio de eficiência (2)	44,0%	47,8%	
Rácio de eficiência (2) (3)	43,9%	46,3%	
Rácio de eficiência (atividade em Portugal) (2) (3)	40,1%	42,7%	
Custos com o pessoal / Produto bancário (2) (3)	24,8%	26,2%	
QUALIDADE DO CRÉDITO			
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	79	63	
<i>Non-Performing Exposures</i> / Crédito a clientes	5,5%	7,2%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	64,7%	55,5%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	4,5%	5,0%	
LIQUIDEZ			
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	270%	218%	
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	144%	132%	
CAPITAL (4)			
Rácio <i>common equity tier I phased-in</i>	12,2%	11,9%	
Rácio <i>common equity tier I fully implemented</i>	12,2%	12,0%	
Rácio total <i>fully implemented</i>	15,5%	15,4%	
SUCURSAIS			
Atividade em Portugal	476	501	-5,0%
Atividade internacional	878	1.000	-12,2%
COLABORADORES			
Atividade em Portugal	7.004	7.193	-2,6%
Atividade internacional (5)	10.064	11.303	-11,0%

Notas:

(1) Alguns indicadores são apresentados segundo os critérios de gestão do Grupo, cujos conceitos se encontram descritos e detalhados no glossário e no capítulo dos indicadores alternativos de desempenho, sendo também apresentadas as respetivas reconciliações com os valores contabilísticos.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Exclui itens específicos: impacto negativo de 0,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, relacionados com custos de reestruturação, reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal. No primeiro trimestre de 2020, o impacto também foi negativo, no montante de 9,5 milhões de euros, dos quais 2,6 milhões de euros referentes a custos de reestruturação, reconhecidos como custos com o pessoal, na atividade em Portugal e 6,9 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (5,5 milhões de euros como custos com o pessoal, 1,3 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,1 milhões de euros como amortizações do exercício). No cálculo dos indicadores de rentabilidade e eficiência também não são considerados os itens específicos relevados no produto bancário, reconhecidos pela subsidiária polaca, no montante de 0,1 milhões de euros, no primeiro trimestre de 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

(4) Os rácios de capital com referência a 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos. Os rácios apurados para 31 de março de 2021 correspondem a valores estimados, não auditados.

(5) Dos quais, na Polónia: 7.392 colaboradores em 31 de março de 2021 (correspondendo a 7.238 FTE - *Full-time equivalent*) e 8.556 colaboradores em 31 de março de 2020 (correspondendo a 8.412 FTE - *Full-time equivalent*).

RESULTADOS E ATIVIDADE NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

Os últimos doze meses foram inevitavelmente marcados pelos impactos decorrentes da pandemia associada à COVID-19, tendo a generalidade dos países adotado medidas de exceção, com grande impacto na vida das pessoas e das empresas. O Millennium bcp demonstrou, desde logo, uma enorme capacidade de adaptação e resiliência, reagindo prontamente à evolução da pandemia, assegurando simultaneamente a continuidade do negócio numa situação nova e inesperada e o apoio constante à economia e às comunidades que serve. Nesse sentido, manteve-se na linha da frente no apoio à economia, reforçando a sua presença junto das empresas, com uma posição de liderança nas linhas COVID-19 e aprovando mais de 100 mil moratórias destinadas às famílias. Adicionalmente, o Banco assinou um protocolo com o Fundo Europeu de Investimento para disponibilização de 1,2 mil milhões de euros em garantias para apoiar pequenas e médias empresas afetadas pela pandemia. O crescimento da base de clientes e o reconhecimento externo, materializado nos vários prémios e distinções que o Banco recebeu, são a prova da resiliência do modelo de negócio do Banco, cujas capacidades digitais se revelaram uma grande vantagem durante a pandemia. Apesar da incerteza causada pela pandemia, o desconfinamento gradual a partir da segunda metade do mês de março, aliado ao processo de vacinação em curso e à permanência das iniciativas de suporte à atividade, deverão, de acordo com as previsões do Banco de Portugal, contribuir para uma recuperação da situação económica. O Grupo irá continuar a avaliar continuamente a situação, por forma a adaptar-se à evolução que a pandemia venha a assumir, tendo sempre presente a preocupação com a proteção de colaboradores e clientes bem como o reforço da componente de carácter social.

Seguindo as orientações sobre Indicadores Alternativos de Desempenho publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA), os indicadores relevantes para a compreensão da evolução da posição económica e financeira do Grupo são detalhados no final deste documento. Tendo em conta que alguns indicadores foram definidos com base em critérios de gestão, os mesmos são reconciliados com os valores contabilísticos publicados nas demonstrações financeiras consolidadas.

RESULTADOS

O **resultado líquido** consolidado do Millennium bcp ascendeu a 57,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, evidenciando um crescimento face aos 35,3 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior. A rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) do Grupo atingiu 4,0% nos primeiros três meses de 2021, acima dos 2,4% alcançados em igual período de 2020 e dos 3,1% obtidos no final do ano anterior.

Esta evolução favorável ficou a dever-se ao bom desempenho apresentado pela atividade em Portugal, pese embora o mesmo tenha sido atenuado pelo menor contributo da atividade internacional, nomeadamente da subsidiária polaca, fortemente condicionada pelo reforço da provisão extraordinária constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, que ascendeu a 112,8 milhões de euros nos primeiros três meses de 2021 (12,7 milhões de euros no mesmo período de 2020). Este reforço significativo das provisões na subsidiária polaca reflete as tendências negativas das decisões judiciais, o aumento do número de novos processos judiciais e a aplicação de pressupostos mais conservadores na avaliação de risco.

Na atividade em Portugal, o resultado líquido no primeiro trimestre de 2021 alcançou 83,4 milhões de euros, situando-se acima dos 16,2 milhões de euros apurados no mesmo período de 2020, tendo beneficiado da melhoria generalizada das várias rubricas da conta de exploração, entre as quais se destacam a redução das imparidades e provisões, no montante de 38,2 milhões de euros, e o aumento da margem financeira, que se fixou 18,1 milhões de euros acima do montante alcançado no primeiro trimestre de 2020. Adicionalmente, a evolução do resultado líquido na atividade em Portugal reflete também o bom desempenho dos resultados por equivalência patrimonial, dos

outros proveitos de exploração líquidos e dos custos operacionais. Inversamente, os resultados em operações financeiras situaram-se aquém do montante registado nos três primeiros meses de 2020, uma vez que neste período haviam sido reconhecidos ganhos com operações cambiais por via da desvalorização do zlóti que não se repetiram no ano em curso.

Na atividade internacional, o resultado líquido do primeiro trimestre de 2021 cifrou-se em 25,6 milhões de euros negativos, que compara com 19,1 milhões de euros positivos apurados no trimestre homólogo do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da subsidiária polaca uma vez que, apesar de manter um sólido desempenho operacional, efetuou um reforço significativo das imparidades e provisões para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira, no montante de 112,8 milhões de euros (montante líquido do valor originado pelas operações do Euro Bank S.A., a ser reembolsado pela Société Générale, S.A.; 12,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020), refletindo as tendências negativas das decisões judiciais, o aumento do número de novos processos judiciais e a aplica o de pressupostos mais conservadores na avalia o de risco. Paralelamente, pese embora com menor impacto, os contributos do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Atlântico para o resultado consolidado também se revelaram inferiores aos registados no primeiro trimestre de 2020.

Embora o contexto macroecon mico tenha permanecido particularmente adverso no primeiro trimestre de 2021, a capacidade de adapta o do Millennium bcp tem permitido ao Grupo estimular o crescimento do **resultado operacional core**, que em termos consolidados totalizou 294,6 milhões de euros nos primeiros três meses de 2021, 5,4% acima dos 279,6 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2020. A evolu o favorável do resultado operacional *core* ficou a dever-se ao desempenho da atividade em Portugal, que apresentou um crescimento de 15,0% em rela o aos 150,7 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2020, alcançando 173,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021. O resultado operacional *core* da atividade internacional, por sua vez, situou-se 5,9% abaixo do montante obtido no primeiro trimestre do ano anterior.

O resultado operacional *core* na atividade em Portugal beneficiou simultaneamente da expansão dos proveitos *core* e da redu o verificada nos custos operacionais. O desempenho dos proveitos *core* foi determinado principalmente pelo crescimento da margem financeira, uma vez que as comissões líquidas mantiveram-se, no primeiro trimestre de 2021, num patamar semelhante ao verificado no primeiro trimestre do ano anterior. A redu o dos custos operacionais reflete maioritariamente a evolu o dos custos com o pessoal, devido em parte ao menor nível de custos de reestrutura o, considerados itens específicos. Excluindo os itens específicos referidos, em ambos os períodos, o resultado operacional *core* da atividade em Portugal teria aumentado 13,5%.

Na atividade internacional, o resultado operacional *core* totalizou 121,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, que compara com 128,9 milhões de euros alcançados no trimestre homólogo do ano anterior, tendo sido condicionado pelo impacto da desvaloriza o cambial quer do zlóti, quer do metical, face ao euro, nas subsidiárias polaca e moçambicana, respetivamente. Nesse sentido, importa referir que o resultado operacional *core* da atividade internacional, excluindo o efeito cambial, apresentaria uma evolu o favorável assente sobretudo na redu o dos custos operacionais e no desempenho da subsidiária polaca.

A **margem financeira** cifrou-se em 376,0 milhões de euros nos primeiros três meses de 2021, que compara com 385,5 milhões de euros contabilizados no mesmo período do ano anterior. Esta evolu o incorpora duas dinâmicas distintas, caracterizadas, por um lado, pelo bom desempenho da atividade em Portugal e, por outro, pela redu o verificada na atividade internacional.

A margem financeira na atividade em Portugal evidenciou um crescimento de 9,7% face aos 186,4 milhões de euros alcançados no primeiro trimestre de 2020, tendo atingido 204,5 milhões de euros no mesmo período do ano corrente. Para esta evolução foi determinante a redução do custo do *funding*, nomeadamente por via do impacto positivo resultante do financiamento adicional obtido junto do Banco Central Europeu, no final do segundo trimestre de 2020, através da participação na nova operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada (TLTRO III). A decisão do Banco de elevar a sua participação para 7.550 milhões de euros em junho de 2020 e posteriormente para 8.150 milhões de euros em março de 2021, a par com uma remuneração baseada numa taxa de juro negativa mais favorável, destinada a incentivar a concessão de crédito à economia, permitiu uma redução significativa do custo de *funding* total face ao montante reconhecido nos primeiros três meses de 2020. Neste contexto, importa salientar que estes ganhos foram parcialmente mitigados pelos custos suportados pelo Banco com a liquidez excedentária depositada junto do Banco Central Europeu.

No que respeita ao negócio comercial, a persistência das taxas de juro situadas em níveis historicamente baixos condicionou fortemente o rendimento gerado pela carteira de crédito *performing* que se revelou inferior ao registado no primeiro trimestre de 2020, pese embora se tenha verificado um aumento dos respetivos volumes, refletindo quer o impacto dos empréstimos concedidos às empresas no âmbito das linhas de crédito garantidas pelo Estado Português, na sequência da pandemia provocada pela COVID-19, quer a promoção de iniciativas comerciais de apoio às famílias e às empresas com planos de negócio sustentáveis. De referir que a margem financeira em Portugal foi também condicionada pela redução substancial verificada na carteira de NPE. Inversamente, os recursos de clientes tiveram um contributo positivo para a evolução da margem financeira face ao ano anterior, na medida em que se continua a verificar uma redução da remuneração da carteira de depósitos a prazo, não obstante o saldo médio dos depósitos de clientes remunerados ter atingido um patamar superior ao verificado no primeiro trimestre de 2020.

Na atividade internacional, a margem financeira totalizou 171,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, situando-se aquém dos 199,1 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior, maioritariamente influenciada pelo desempenho da subsidiária polaca, penalizado sobretudo pelos sucessivos cortes das taxas de juro de referência impostos pelo Banco Central Polaco que, para fazer face aos impactos da pandemia COVID-19, colocaram as taxas de juro próximas de zero, mas também pela desvalorização cambial do zloti face ao euro. A margem financeira da subsidiária em Moçambique também se revelou inferior à verificada no primeiro trimestre de 2020, induzida pela desvalorização cambial do metical face ao euro, uma vez que em moeda local se manteve num patamar semelhante ao alcançado nos primeiros três meses do ano anterior.

Em termos consolidados, a taxa de margem financeira evoluiu de 2,1% no primeiro trimestre de 2020 para 1,9% em igual período do ano corrente, refletindo sobretudo o desempenho da atividade internacional, que caiu de 3,1% nos primeiros três meses de 2020, para 2,8% no primeiro trimestre de 2021, condicionada pelo impacto da redução acentuada das taxas de juro de referência na Polónia e em Moçambique. Na atividade em Portugal, a taxa de margem financeira situou-se em 1,5% no primeiro trimestre de 2021, em linha com o valor registado no trimestre homólogo do ano anterior, pressionada pelo contexto de taxas de juro negativas, pelo maior peso dos produtos com taxas mais baixas na produção de crédito, nomeadamente pelas linhas de crédito com garantia do Estado e pela perda de rendimento associada à redução da carteira de NPE.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	31 mar. 21		31 mar. 20	
	montante	taxa %	montante	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	6.449	0,5	5.087	1,0
Ativos financeiros	18.214	0,8	15.550	1,4
Crédito a clientes	54.071	2,6	52.641	3,2
ATIVOS GERADORES DE JUROS	78.734	2,0	73.278	2,7
Ativos não geradores de juros	8.533		9.124	
	87.267		82.402	
Depósitos de instituições de crédito	8.863	-0,8	6.626	0,2
Depósitos e outros recursos de clientes	64.541	0,1	61.366	0,5
Dívida emitida	3.230	0,8	3.269	1,2
Passivos subordinados	1.372	4,6	1.547	4,8
PASSIVOS GERADORES DE JUROS	78.006	0,1	72.807	0,6
Passivos não geradores de juros	1.904		2.146	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	7.357		7.449	
	87.267		82.402	
Taxa de margem financeira		1,9		2,1

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em março de 2021 e de 2020, à respetiva rubrica de balanço.

Os **resultados por equivalência patrimonial** em conjunto com os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incluem os dividendos e os rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e como ativos financeiros detidos para negociação, cifraram-se em 15,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, confortavelmente acima dos 10,8 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior, beneficiando do desempenho da atividade em Portugal.

A evolução favorável na atividade em Portugal traduziu-se num aumento de 5,6 milhões de euros no período em análise, justificado sobretudo pelo maior contributo gerado pela Millennium Ageas. Por outro lado, os resultados por equivalência patrimonial em conjunto com os rendimentos de instrumentos de capital na atividade internacional situaram-se 1,1 milhões de euros abaixo dos 1,5 milhões de euros contabilizados no primeiro trimestre de 2020, devido à menor apropriação dos resultados gerados pelo Banco Millennium Atlântico.

As **comissões líquidas**¹ ascenderam a 177,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, situando-se 1,0% abaixo dos 179,8 milhões de euros alcançados no trimestre homólogo do ano anterior. De salientar, no entanto, que, apesar dos impactos negativos provocados pela pandemia associada à COVID-19, as comissões líquidas na atividade em Portugal mantiveram-se num patamar semelhante ao verificado nos primeiros três meses do ano anterior, tendo a redução induzida pela atividade internacional sido determinada pela desvalorização cambial, quer

¹ No decorrer de 2020, algumas comissões foram reclassificadas, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos dessas rubricas encontram-se apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas, com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, não tendo o montante total das comissões líquidas divulgado em períodos anteriores sofrido qualquer alteração.

do zloti, quer do metical face ao euro, na medida em que o total das comissões líquidas na atividade internacional excluindo o efeito cambial evoluiu favoravelmente em relação ao primeiro trimestre de 2020.

Na atividade em Portugal, não obstante os inevitáveis impactos negativos provocados pela pandemia associada à COVID-19, as comissões líquidas fixaram-se em 119,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, mantendo-se num nível semelhante ao obtido no primeiro trimestre de 2020, que apenas havia sido afetado pelo impacto da pandemia COVID-19 a partir da segunda metade do mês de março. Embora as comissões líquidas se afigurem, em termos globais estáveis face ao ano anterior, tal reflete, contudo, diferentes tendências consoante a natureza das comissões. Assim, as comissões relacionadas com os mercados evidenciaram um crescimento de 18,1% (2,8 milhões de euros), beneficiando sobretudo do aumento das comissões relacionadas com operações de bolsa e com a gestão de ativos, nomeadamente no que respeita à distribuição de fundos de investimento, refletindo o sucesso do Banco na oferta de produtos fora de balanço.

O crescimento das comissões relacionadas com os mercados foi, no entanto, absorvido quase na íntegra pela redução das comissões relacionadas com o negócio bancário, que evoluíram de 104,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020, para 101,7 milhões de euros nos primeiros três meses de 2021. De referir que, além dos impactos diretos da pandemia, o desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário, a partir da segunda metade do mês de março de 2020, foi também penalizado pelas iniciativas de apoio à economia adotadas pelo Banco, consubstanciadas em isenções concedidas para fazer face à situação de crise que o país atravessa. Estes impactos fizeram-se sentir maioritariamente nas comissões relacionadas com operações de crédito e com cartões e transferência de valores, cuja evolução foi parcialmente mitigada pelo aumento das comissões de gestão e manutenção de contas, impulsionadas pela forte dinâmica de aquisição de novos clientes e pela política comercial em curso.

Na atividade internacional, as comissões líquidas totalizaram 58,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, ficando aquém dos 60,5 milhões de euros contabilizados no trimestre homólogo do ano anterior, essencialmente por via do desempenho das comissões relacionadas com o negócio bancário, que caíram 4,2% face ao primeiro trimestre de 2020, em grande parte, devido ao contributo da subsidiária em Moçambique. A subsidiária polaca por sua vez, apesar de apresentar uma evolução favorável no mesmo período, viu o seu contributo condicionado pela desvalorização cambial que o zloti sofreu face ao euro. A evolução positiva é justificada principalmente pelo aumento das comissões de gestão e manutenção de conta, nomeadamente pela entrada em vigor, no início do ano, do novo preçário aplicado às contas de depósito, cujo impacto compensou a redução verificada nas comissões de *Bancassurance*, uma vez que, no primeiro trimestre de 2020, haviam sido reconhecidos impactos extraordinários relacionados com a integração do Euro Bank S.A. que em 2021 não se repetiram.

Os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 42,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, que compara com 61,4 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior, refletindo o desempenho quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os resultados em operações financeiras totalizaram 32,6 milhões de euros nos primeiros três meses do ano, situando-se aquém dos 45,3 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior. Esta evolução foi condicionada, em grande parte, pelos ganhos obtidos, no primeiro trimestre de 2020, com operações cambiais, nomeadamente pelos proveitos provenientes da cobertura cambial da participação que o Grupo detém na Polónia, na sequência da desvalorização do zloti, os quais não se repetiram no ano em curso. Por outro lado, os custos suportados com a alienação de créditos revelaram-se 11,3 milhões de euros inferiores face às perdas registadas no primeiro trimestre de 2020.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras evoluíram de 16,1 milhões de euros contabilizados até março de 2020, para 10,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, sobretudo devido ao desempenho da subsidiária polaca, que em 2021 registou menores ganhos com operações cambiais realizadas com clientes e menores proveitos com a alienação de obrigações, impactos estes que foram parcialmente compensados pelos ganhos provenientes da reavaliação da carteira de crédito obrigatoriamente classificada ao justo valor através de resultados.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**^{2:3} que, entre outros, incorporam os custos relacionados com as contribuições obrigatórias dos bancos e com os fundos de garantia de depósitos e de resolução, apresentaram uma evolução bastante favorável, de 40,4 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2020 para 23,4 milhões de euros também negativos nos primeiros três meses do ano, devido ao bom desempenho demonstrado quer pela atividade em Portugal, quer pela atividade internacional.

Na atividade em Portugal, os outros proveitos de exploração líquidos ascenderam a 2,0 milhões de euros positivos no primeiro trimestre de 2021, que compara com 3,3 milhões de euros negativos registados no trimestre homólogo do ano anterior. Este desempenho ficou a dever-se sobretudo às menores perdas geradas com a alienação de ativos não correntes detidos para venda.

Na atividade internacional, os outros proveitos de exploração líquidos, incluindo os itens específicos, evoluíram de 37,1 milhões de euros negativos no primeiro trimestre de 2020, para 25,4 milhões de euros também negativos nos primeiros três meses de 2021. Esta evolução favorável foi determinada pelo contributo da operação polaca, influenciada, em grande parte, pela redução dos custos suportados com as contribuições obrigatórias, nomeadamente com a contribuição para o fundo de resolução e, em menor escala, com a contribuição para o fundo de garantia de depósitos. Adicionalmente os outros proveitos de exploração líquidos incluem, no primeiro trimestre de 2021, um proveito, no montante de 4,6 milhões de euros, correspondente ao valor a receber da Société Générale, na sequência do contrato de aquisição do Euro Bank S.A. associado ao risco legal relativo aos créditos hipotecários em moeda estrangeira.

² Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, como outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. As reclassificações efetuadas totalizaram 0,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020.

³ O montante de outros proveitos de exploração líquidos inclui os itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca, no primeiro trimestre de 2020, no total de 0,1 milhões de euros, referentes a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

Milhões de euros

	3M21	3M20	Var. 21/20
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	0,0	0,1	-46,4%
COMISSÕES LÍQUIDAS	177,9	179,8	-1,0%
Comissões bancárias	145,6	150,0	-2,9%
Cartões e transferências de valores	38,4	40,9	-6,0%
Crédito e garantias	36,4	40,3	-9,7%
<i>Bancassurance</i>	29,3	33,7	-13,1%
Gestão e manutenção de contas	38,4	31,4	22,3%
Outras comissões	3,1	3,7	-15,8%
Comissões relacionadas com mercados	32,3	29,8	8,4%
Operações sobre títulos	15,4	15,0	3,3%
Gestão de ativos	16,9	14,9	13,5%
RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	42,9	61,4	-30,1%
OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS	(23,4)	(40,4)	42,0%
RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	15,4	10,8	42,2%
TOTAL DE OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS	212,8	211,7	0,5%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	36,1%	35,5%	

Os **custos operacionais**⁴, não considerando o efeito dos itens específicos⁵, totalizaram 258,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, situando-se 6,4% abaixo dos 276,3 milhões de euros registados no trimestre homólogo do ano anterior, beneficiando da evolução favorável registada quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional. Os custos operacionais mantêm, assim, a tendência decrescente verificada no ano anterior, refletindo o enfoque no compromisso assumido relativo à melhoria da eficiência.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais, não considerando o efeito dos itens específicos anteriormente mencionados, cifraram-se em 150,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, evidenciando uma redução de 1,6% face aos 152,3 milhões de euros contabilizados em igual período de 2020, maioritariamente devido à diminuição dos custos com o pessoal.

Na atividade internacional, os custos operacionais, excluindo o efeito dos itens específicos anteriormente referidos, evidenciaram uma quebra de 12,3% em relação aos 123,9 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2020, ascendendo a 108,6 milhões de euros nos primeiros três meses do ano corrente. Esta evolução foi possível graças ao contributo de todas as subsidiárias, merecendo particular destaque o desempenho da subsidiária polaca que continua a refletir em parte o impacto das sinergias obtidas após a fusão com o Euro Bank S.A. De referir ainda que a

⁴ Em junho de 2020, alguns valores que até então eram registados, na atividade em Portugal, como outros gastos administrativos, passaram a ser contabilizados como outros proveitos de exploração líquidos, com vista a melhorar a qualidade da informação reportada. Os valores históricos considerados para efeitos da presente análise estão apresentados de acordo com as reclassificações efetuadas com o objetivo de assegurar a sua comparabilidade, divergindo, portanto, dos valores contabilísticos divulgados. As reclassificações efetuadas totalizaram 0,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020.

⁵ Impacto negativo de 0,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, relativos a custos de reestruturação, reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal. No primeiro trimestre de 2020, o impacto também foi negativo, no montante de 9,5 milhões de euros, dos quais 2,6 milhões de euros referentes a custos de reestruturação, reconhecidos como custos com o pessoal na atividade em Portugal e 6,9 milhões de euros relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., reconhecidos pela subsidiária polaca (5,5 milhões de euros como custos com o pessoal, 1,3 milhões de euros como outros gastos administrativos e 0,1 milhões de euros como amortizações do exercício).

desvalorização cambial do zloti e do metical face ao euro também influenciou favoravelmente a evolução dos custos operacionais na atividade internacional, tendo sido determinante no caso particular da operação em Moçambique. Os custos operacionais na atividade internacional refletem o bom desempenho obtido tanto no que respeita aos custos com o pessoal, como aos outros gastos administrativos e às amortizações.

Apesar do contexto adverso, influenciado pela pandemia COVID-19, a redução obtida nos custos operacionais permitiu que os rácios de eficiência e de eficiência *core* do Grupo, excluindo os itens específicos, se fixassem em 43,9% e 46,7% respetivamente, abaixo dos valores apurados no primeiro trimestre de 2020 (46,3% e 48,9%, respetivamente).

Os **custos com o pessoal** evoluíram favoravelmente, tanto na atividade em Portugal, como na atividade internacional, evidenciando, em termos consolidados, uma quebra de 6,7% face aos 156,6 milhões de euros contabilizados no primeiro trimestre de 2020, totalizando 146,1 milhões de euros nos primeiros três meses do ano corrente. Os montantes referidos não consideram o efeito dos itens específicos que se cifraram em 0,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021 e em 8,1 milhões de euros no trimestre homólogo do ano anterior.

Na atividade em Portugal, o desempenho favorável dos custos com o pessoal resultou numa redução de 3,5% face aos 90,2 milhões de euros apurados nos primeiros três meses de 2020, totalizando 87,1 milhões de euros no mesmo período de 2021. Os itens específicos, não incluídos nestes montantes, ascenderam a 0,7 milhões de euros e a 2,6 milhões de euros nos primeiros trimestres de 2021 e de 2020 respetivamente, em ambos os períodos relacionados com custos de reestruturação. Apesar de se ter assistido, durante o último ano, à contratação de novos colaboradores, sobretudo com competências para reforçar as áreas digitais, a evolução favorável dos custos com o pessoal, na atividade em Portugal, foi influenciada principalmente pela redução do número de colaboradores que passou de 7.193 colaboradores no final de março de 2020, para 7.004 colaboradores em 31 de março de 2021.

Na atividade internacional, não considerando o impacto dos itens específicos, integralmente reconhecidos pela subsidiária polaca, no montante de 5,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., os custos com o pessoal apresentaram uma redução de 11,0% face aos 66,4 milhões de euros registados nos primeiros três meses do ano anterior, totalizando 59,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021. A quebra verificada ficou a dever-se sobretudo ao desempenho da subsidiária polaca, refletindo, principalmente o impacto associado à progressiva redução do número total de colaboradores, que evoluiu de 8.556 colaboradores (8.412 FTE – *full-time equivalent*) no final de março de 2020, para 7.392 colaboradores (7.238 FTE – *full-time equivalent*) em 31 de março de 2021, mas também ao efeito das sinergias obtidas no processo de fusão do Euro Bank S.A. Adicionalmente, o contributo positivo da subsidiária polaca para a evolução dos custos com o pessoal no período em análise foi também potenciado pela desvalorização cambial do zloti face ao euro.

O número total de colaboradores afetos à atividade internacional apresentou uma diminuição de 1.239, evoluindo de 11.303 colaboradores em 31 de março de 2020, para 10.064 colaboradores no final de março de 2021.

Os **outros gastos administrativos**, não considerando o impacto dos itens específicos, evoluíram favoravelmente apresentando uma redução de 8,1% face aos 85,0 milhões de euros contabilizados no primeiro trimestre de 2020, totalizando 78,1 milhões de euros nos primeiros três meses do ano. Os itens específicos mencionados foram integralmente reconhecidos pela subsidiária polaca, no primeiro trimestre de 2020, no montante de 1,3 milhões de euros, associados ao processo de aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A.

A evolução favorável dos outros gastos administrativos, em termos consolidados, beneficiou sobretudo das poupanças alcançadas pela atividade internacional, na medida em que na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos mantiveram-se em linha com os valores reconhecidos no período homólogo de 2020.

No primeiro trimestre de 2021, os outros gastos administrativos na atividade em Portugal totalizaram 43,0 milhões de euros, situando-se num patamar semelhante ao do primeiro trimestre do ano anterior. O desempenho dos outros gastos administrativos na atividade em Portugal foi necessariamente influenciado pelos impactos decorrentes da pandemia COVID-19, uma vez que os mesmos ainda não se tinham feito sentir nos primeiros três meses do ano anterior. Assim, a suspensão ou cancelamento de determinados projetos e deslocações, a par com a ausência de um número significativo de colaboradores das instalações do Banco, uma vez que os mesmos passaram a executar as suas funções em regime de teletrabalho, permitiram obter poupanças em rubricas como outros serviços especializados, deslocações, estadas e representações, água, energia e combustíveis e conservação e reparação, entre outras. Adicionalmente, a evolução dos outros gastos administrativos continua a beneficiar da prossecução de uma gestão disciplinada dos custos, nomeadamente dos impactos decorrentes do redimensionamento da rede de sucursais, que evoluíram de 501 no final de março de 2020, para 476 em 31 de março de 2021. Inversamente, assistiu-se a um crescimento dos custos associados sobretudo a *outsourcing*, trabalho independente, relacionado maioritariamente com custos com advogados, e estudos e consultas, neste caso devido ao menor número de projetos implementados em 2020, o que conjuntamente acabou por absorver, quase na íntegra, as poupanças obtidas noutras rubricas, incluindo as referidas anteriormente.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos, excluindo o impacto dos itens específicos anteriormente referidos, apresentaram uma evolução muito favorável ao situar-se 16,2% abaixo dos 41,9 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2020, totalizando 35,1 milhões de euros nos primeiros três meses do ano corrente. Esta evolução beneficiou do contributo de todas as subsidiárias no exterior, merecendo particular destaque a subsidiária polaca, cujas medidas de reestruturação em curso permitiram obter um conjunto de sinergias, entre as quais se salienta a redução do número total de sucursais que evoluiu das 799 existentes em 31 de março de 2020, para 678 sucursais no final de março de 2021, bem como a poupança em custos com informática. Os outros gastos administrativos na subsidiária em Moçambique também se revelaram inferiores aos registados no primeiro trimestre de 2020, verificando-se uma redução generalizada em quase todas as rubricas, em parte impulsionada pela desvalorização do metical face ao euro.

As **amortizações do exercício**, excluindo os itens específicos reconhecidos pela subsidiária polaca (0,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020), totalizaram 34,4 milhões de euros nos primeiros três meses de 2021, situando-se 1,0% abaixo do montante contabilizado no mesmo período de 2020. Esta evolução resultou do contributo da atividade internacional, pese embora o mesmo tenha sido parcialmente atenuado pelo aumento verificado na atividade em Portugal.

As amortizações do exercício, na atividade em Portugal, cifraram-se em 19,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, ficando 4,4% acima dos 19,0 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior, devido sobretudo ao aumento do investimento em *software* efetuado nos últimos anos. Este reforço do investimento em *software* reflete o empenho existente na inovação tecnológica e na transformação digital em curso, permitindo nomeadamente dotar o Banco da capacidade de resposta imediata, necessária para enfrentar os desafios impostos pelo impacto da pandemia associada à COVID-19.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício, excluindo os itens específicos anteriormente referidos, totalizaram 14,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, situando-se 7,5% abaixo dos 15,7 milhões de euros reconhecidos no trimestre homólogo do ano anterior. Esta evolução deve-se maioritariamente ao

desempenho da subsidiária polaca que reflete, em parte, as sinergias obtidas por via das medidas de reestruturação em curso, na sequência da aquisição do Euro Bank S.A. pelo Bank Millennium, S.A., tendo sido potenciado pela desvalorização do zloti face ao euro. A subsidiária em Moçambique também contribuiu para a boa evolução das amortizações do exercício na atividade internacional, beneficiando da desvalorização do metical face a euro.

CUSTOS OPERACIONAIS

	Milhões de euros		
	3M21	3M20	Var. 21/20
Custos com o pessoal	146,1	156,6	-6,7%
Outros gastos administrativos	78,1	85,0	-8,1%
Amortizações do exercício	34,4	34,7	-1,0%
CUSTOS OPERACIONAIS EXCLUINDO ITENS ESPECÍFICOS	258,6	276,3	-6,4%
CUSTOS OPERACIONAIS	259,3	285,7	-9,2%
dos quais (1):			
Atividade em Portugal	150,0	152,3	-1,6%
Atividade internacional	108,6	123,9	-12,3%

(1) Exclui o impacto dos itens específicos.

As dotações para **imparidade do crédito** (líquidas de recuperações) totalizaram 111,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, que compara com 86,1 milhões de euros apurados no trimestre homólogo do ano anterior. Importa, no entanto, referir que o montante contabilizado no primeiro trimestre de 2020 não inclui qualquer reforço para fazer face aos riscos associados à pandemia provocada pela COVID-19, uma vez que a provisão, no montante de 78,8 milhões de euros, constituída naquele período, encontrava-se refletida na linha das outras imparidades e provisões, sendo que, apenas no decorrer do segundo trimestre de 2020, foi alocada à cobertura dos riscos associados à carteira de crédito.

Na atividade em Portugal, as dotações para a imparidade do crédito (líquida de recuperações) efetuadas no primeiro trimestre de 2021 atingiram 91,0 milhões de euros, situando-se acima dos 58,4 milhões de euros reconhecidos em igual trimestre de 2020, refletindo, por um lado, o agravamento dos indicadores de risco dos clientes objeto de análise individual, e por outro, a atualização, em junho de 2020, dos parâmetros de risco de crédito considerados para efeitos de cálculo da imparidade coletiva. De salientar que, no primeiro trimestre de 2020, haviam sido constituídas imparidades adicionais de 60,0 milhões de euros para fazer face aos riscos decorrentes da pandemia associada à COVID-19, que só posteriormente foram reconhecidas como imparidade de crédito.

Na atividade internacional, as dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) apresentaram uma evolução favorável face aos 27,8 milhões de euros contabilizados no primeiro trimestre de 2020, totalizando 20,0 milhões de euros nos primeiros três meses de 2021. O montante reconhecido, no primeiro trimestre de 2020, em outras imparidades e provisões para fazer face aos riscos associados à pandemia COVID-19 e só posteriormente reconhecido como imparidade do crédito foi de 18,8 milhões de euros, dos quais 13,8 milhões de euros na subsidiária polaca e 5,0 milhões de euros na subsidiária em Moçambique. A evolução favorável da imparidade do crédito na atividade internacional ficou a dever-se ao desempenho da subsidiária polaca, por via da melhoria do nível de risco implícito nos créditos objeto de moratórias, entretanto expiradas, e no risco dos clientes, quer particulares, quer empresas. A subsidiária em Moçambique, por sua vez, viu as suas imparidades de crédito situarem-se num patamar superior ao registado no primeiro trimestre de 2020.

O custo do risco (líquido de recuperações) do Grupo situou-se em 79 pontos base no primeiro trimestre de 2021, sendo que a evolução face aos 63 pontos base observados no trimestre homólogo de 2020 encontra-se influenciada pelo facto de, naquele período, as imparidades reconhecidas para fazer face aos riscos decorrentes da pandemia associada à COVID-19 não terem sido reconhecidas como imparidades para crédito. Na atividade em Portugal, o custo do risco (líquido de recuperações) evoluiu de 63 pontos base no primeiro trimestre de 2020, para 94 pontos base no primeiro trimestre de 2021, enquanto que na atividade internacional, o custo do risco apresentou uma evolução favorável de 65 pontos base para 46 pontos base no mesmo período.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 131,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, que compara com 115,7 milhões de euros reconhecidos no trimestre homólogo do ano anterior. Esta evolução incorpora o reforço, no montante de 117,5 milhões de euros (12,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020), da provisão extraordinária, constituída pela subsidiária polaca para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira. No primeiro trimestre de 2021, o impacto destas provisões foi ligeiramente mitigado pelo reconhecimento de proveitos, no montante de 4,6 milhões de euros (refletidos na rubrica de outros proveitos de exploração líquidos), correspondentes ao valor a receber da Société Générale, na sequência do contrato de aquisi o do Euro Bank S.A. De salientar ainda que, no primeiro trimestre de 2020, havia sido constituída uma provisi o, no montante de 78,8 milhões de euros, para fazer face aos riscos inerentes   pandemia provocada pela COVID-19, que foi posteriormente reconhecida como imparidade de crédito, no decorrer do segundo trimestre de 2020.

Na atividade em Portugal, as outras imparidades e provisões fixaram-se em 11,4 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2021, evidenciando uma forte redu o face aos 82,2 milhões de euros contabilizados nos primeiros três meses de 2020. Esta evolu o ficou a dever-se sobretudo ao já mencionado reconhecimento, no primeiro trimestre de 2020, de uma provisi o para fazer face aos riscos inerentes   pandemia provocada pela COVID-19 que na atividade em Portugal ascendeu a 60,0 milhões de euros. Conforme referido anteriormente, no decorrer do segundo trimestre de 2020, esta provisi o passou a estar refletida na imparidade do crédito. Apesar da menor magnitude,   de salientar também o impacto favorável na evolu o das outras imparidades e provisões associado ao menor nível de provisionamento requerido pelos ativos n  correntes detidos para venda e pelas garantias e outros compromissos.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões ascenderam a 120,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, situando-se 87,0 milhões de euros acima dos 33,5 milhões de euros reconhecidos no período homólogo do ano anterior. Este aumento resultou sobretudo da atividade da subsidiária polaca, nomeadamente do reforço da provisi o extraordinária, no montante de 117,5 milhões de euros (12,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020), constituída para fazer face ao risco legal associado aos créditos hipotecários em moeda estrangeira, refletindo as tendências negativas nas decisões judiciais, o aumento do número de novos processos judiciais e os pressupostos mais conservadores aplicados na avalia o de risco. No primeiro trimestre de 2021, o impacto das provisões mencionadas foi ligeiramente mitigado pelo reconhecimento de proveitos, no montante de 4,6 milhões de euros (refletidos na rubrica de outros proveitos de explora o líquidos), correspondentes ao valor a receber da Société Générale, na sequência do contrato de aquisi o do Euro Bank S.A. Por outro lado, o desempenho das outras imparidades e provisões na atividade internacional foi também influenciado pelas provisões que haviam sido constituídas no primeiro trimestre de 2020 para fazer face aos riscos inerentes   pandemia provocada pela COVID-19, no montante de 18,8 milhões de euros (13,8 milhões de euros na subsidiária polaca e 5,0 milhões de euros na subsidiária em Moçambique), tendo as mesmas sido posteriormente reconhecidas como imparidade do crédito no decorrer do segundo trimestre de 2020.

Os **impostos (correntes e diferidos)** sobre lucros totalizaram 57,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2021, montante que compara com 65,6 milhões de euros apurados no mesmo período do ano anterior.

Os impostos reconhecidos incluem, no primeiro trimestre de 2021, impostos correntes de 22,7 milhões de euros (27,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020) e impostos diferidos no montante de 34,9 milhões de euros (38,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2020).

Os gastos por impostos correntes nos três primeiros meses de 2021 foram fortemente condicionados pela constituição de provisões relacionadas com riscos legais associados à carteira de créditos hipotecários concedidos em moeda estrangeira e pelos tributos sobre o setor bancário, ambos na subsidiária polaca, não dedutíveis para efeitos fiscais.

BALANÇO

O **ativo total** do balanço consolidado do Millennium bcp ascendeu a 88.566 milhões de euros em 31 de março de 2021, situando-se 8,7% acima dos 81.499 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior. O aumento verificado foi determinado pelo desempenho da atividade em Portugal, na medida em que o ativo total relevado na atividade internacional permaneceu em linha com o montante registado em 31 de março de 2020.

Na atividade em Portugal, o ativo total apresentou um crescimento de 12,6% face aos 55.757 milhões de euros apurados em 31 de março de 2020, alcançando 62.778 milhões de euros na mesma data do ano corrente. Esta evolução foi fortemente influenciada pelos aumentos verificados nas disponibilidades em bancos centrais e na carteira de títulos, na qual se destaca o reforço dos ativos elegíveis, nomeadamente das carteiras de dívida pública portuguesa, italiana e espanhola. A carteira de crédito a clientes (líquida de imparidade) também se situou num patamar superior ao verificado no ano anterior, contribuindo significativamente para o aumento registado no ativo total. As reduções mais relevantes, embora de menor magnitude, verificaram-se nas aplicações em outras instituições de crédito e nos ativos não correntes detidos para venda, em particular na carteira de imóveis recebidos em dação.

O ativo total na atividade internacional cifrou-se em 25.788 milhões de euros em 31 de março de 2021, mantendo-se em linha com o montante apurado na mesma data do ano anterior, em parte devido à desvalorização do zloti e do metical face ao euro, na medida em que o ativo total em moeda local se situou num patamar superior ao verificado em 31 de março de 2020 quer na subsidiária polaca, quer na subsidiária em Moçambique.

A **carteira de crédito (bruto)** consolidada do Millennium bcp, tal como definida no glossário, evidenciou um crescimento de 3,0% em relação aos 54.685 milhões de euros alcançados em 31 de março de 2020, atingindo 56.351 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2021, beneficiando dos desempenhos favoráveis quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

Na atividade em Portugal, o saldo da carteira de crédito a clientes (bruto) ascendeu a 38.644 milhões de euros em 31 de março de 2021, situando-se 3,5% acima dos 37.333 milhões de euros apurados no final de março do ano anterior. Este crescimento deve-se em grande parte ao crédito concedido ao abrigo das linhas de crédito lançadas pelo Governo para fazer face aos impactos provocados pela pandemia associada à COVID-19, o qual permitiu simultaneamente que o Banco reforçasse a sua presença junto das empresas portuguesas. Paralelamente, importa referir que esta evolução foi possível, apesar da redução de 725 milhões de euros de NPE alcançada na sequência da

bem sucedida estratégia de desinvestimento neste tipo de ativos, levada a cabo pelo Banco nos últimos anos, uma vez que o crescimento de 2.036 milhões de euros de crédito *performing* mais do que compensou essa redução.

Em 31 de março de 2021, o montante total de crédito concedido pelo Banco ao abrigo das linhas COVID-19 garantidas pelo Estado Português ascendia a 2.498 milhões de euros, o que representa um crescimento de 10,5% face ao montante de 2.262 milhões de euros que, no final do ano de 2020, o Banco havia desembolsado ao abrigo destas linhas. De salientar que as linhas de crédito foram disponibilizadas principalmente a pequenas e médias empresas portuguesas, tendo permitido apoiar mais de 18 mil clientes. No final do primeiro trimestre de 2021 representavam cerca de 6% da carteira de crédito total da atividade em Portugal.

No que respeita às moratórias, destacam-se as novas adesões verificadas no primeiro trimestre de 2021, na sequência da reativação promovida pela Autoridade Bancária Europeia em 2 de dezembro de 2020 e da publicação do Decreto-Lei n.º 107/2020, de 31 de dezembro de 2020. Este enquadramento permitiu o acesso a novas moratórias por um período de até nove meses, a contar da data da adesão (deduzido de eventual período de moratória já beneficiado anteriormente), mantendo as condições e as características do regime da moratória em vigor, com as adaptações previstas no novo diploma, designadamente o prazo de adesão e a duração da moratória.

Simultaneamente, no primeiro trimestre de 2021, verificou-se uma redução significativa das moratórias, em particular da moratória Privada, que originou sobretudo uma diminuição do valor das exposições sujeitas a moratória no segmento de Particulares.

MORATÓRIAS

	Milhões de euros			
	31 mar. 21		31 dez. 20	
	Ativas	Expiradas	Ativas	Expiradas
Famílias	3.421	862	4.101	107
Empresas	4.597	270	4.579	194
Total	8.018	1.132	8.679	300

Em 31 de março de 2021 o valor total da carteira objeto de moratória ascendia a 8.018 milhões de euros, evidenciando uma redução de 7,6% face aos 8.679 milhões de euros existentes no final do ano de 2020, em grande parte influenciada pelo término da moratória hipotecária, tal como referido anteriormente. Como consequência, no mesmo período verificou-se um aumento das moratórias expiradas, isto é, relativas a contratos cujo prazo de suspensão do pagamento de juros e/ou capital já terminou. Refira-se ainda que, do montante total de moratórias ativas em 31 de março de 2021, 57% diz respeito a operações de crédito contratadas por empresas e 43% por famílias.

Por último, é de salientar que as moratórias ativas representam cerca de 21% da carteira de crédito em Portugal e que 91% dessas exposições correspondem a crédito *performing*.

Na atividade internacional, o crédito a clientes (bruto) situou-se 2,0% acima dos 17.352 milhões de euros apurados em 31 de março de 2020, alcançando 17.707 milhões de euros no final de março de 2021, com esta evolução a ser determinada pelo crescimento verificado na subsidiária polaca, pese embora o mesmo tenha sido atenuado quer pela desvalorização do zloti face ao euro, quer pela redução registada na carteira afeta à operação em Moçambique.

A estrutura da carteira de crédito a clientes (bruto) consolidada manteve padrões equilibrados de diversificação, com o crédito a particulares e o crédito a empresas a representarem, respetivamente, 57,6% e 42,4% do montante total da carteira de crédito a clientes em 31 de março de 2021, muito em linha com os rácios de 57,7% e 42,3% apurados na mesma data de 2020.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20	Var. 21/20
PARTICULARES	32.440	31.550	2,8%
Hipotecário	26.708	25.724	3,8%
Pessoal	5.732	5.826	-1,6%
EMPRESAS	23.911	23.135	3,4%
Serviços	8.167	8.946	-8,7%
Comércio	4.075	3.536	15,2%
Construção	1.629	1.560	4,4%
Outros	10.040	9.092	10,4%
TOTAL	56.351	54.685	3,0%
do qual:			
Atividade em Portugal	38.644	37.333	3,5%
Atividade internacional	17.707	17.352	2,0%

A **qualidade da carteira de crédito** continua a ser uma das prioridades do Grupo, materializada através das várias iniciativas encetadas pelas áreas comerciais e pelas áreas de recuperação de crédito, no sentido de reduzir o valor do crédito em incumprimento ao longo dos últimos anos, mantendo o enfoque na seletividade e monitorização dos processos de controlo do risco de crédito.

Em 31 de março de 2020, no início da pandemia COVID-19, o Grupo detinha uma carteira de NPE de 3.928 milhões de euros, que conseguiu reduzir em 21,1%, para 3.100 milhões de euros no final do primeiro trimestre de 2021. A redução obtida encontra-se suportada maioritariamente em operações de venda concretizadas num contexto particularmente desafiante, que permitiram compensar largamente as novas exposições que, neste período, passaram a ser classificadas como NPE, contribuindo para uma diminuição (líquida) do volume de NPE em 827 milhões de euros em termos consolidados, dos quais 725 milhões de euros em Portugal.

Neste sentido, observa-se uma melhoria do rácio de NPE em percentagem da carteira de crédito total, que evoluiu de 7,2% em 31 de março de 2020, para 5,5% na mesma data de 2021, merecendo particular destaque o comportamento da carteira de crédito doméstica, cujo rácio de NPE diminuiu de 7,8% para 5,7% no mesmo período.

Simultaneamente, importa referir que, neste último ano, e apesar da situação pandémica, verificou-se igualmente uma melhoria generalizada dos indicadores de cobertura, destacando-se o aumento dos graus de cobertura na atividade em Portugal, nomeadamente da cobertura de NPE por imparidades que se situou em 65,5% no final de março de 2021, face a 55,1% relevados em igual data do ano anterior e também da cobertura de NPL há mais de 90 dias, que evoluiu de 107,7% no final de março de 2020, para 133,6% em 31 de março de 2021.

INDICADORES DE QUALIDADE DO CRÉDITO

	Grupo			Atividade em Portugal		
	31 mar. 21	31 mar. 20	Var. 21/20	31 mar. 21	31 mar. 20	Var. 21/20
STOCK (M€)						
Crédito a clientes (bruto)	56.351	54.685	3,0%	38.644	37.333	3,5%
Crédito vencido > 90 dias	1.192	1.435	-16,9%	822	1.016	-19,1%
Crédito vencido	1.316	1.579	-16,6%	835	1.048	-20,3%
Crédito reestruturado	2.508	2.746	-8,7%	1.985	2.228	-10,9%
NPL > 90 dias	1.573	2.055	-23,4%	1.075	1.493	-28,0%
NPE	3.100	3.928	-21,1%	2.193	2.918	-24,8%
Imparidade do crédito (balanço)	2.007	2.178	-7,9%	1.436	1.608	-10,7%
RÁCIOS EM PORCENTAGEM DO CRÉDITO A CLIENTES						
Crédito vencido > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	2,1%	2,6%		2,1%	2,7%	
Crédito vencido / Crédito a clientes (bruto)	2,3%	2,9%		2,2%	2,8%	
Crédito reestruturado / Crédito a clientes (bruto)	4,5%	5,0%		5,1%	6,0%	
NPL > 90 dias / Crédito a clientes (bruto)	2,8%	3,8%		2,8%	4,0%	
NPE / Crédito a clientes (bruto)	5,5%	7,2%		5,7%	7,8%	
GRAU DE COBERTURA POR IMPARIDADES						
Cobertura do Crédito vencido > 90 dias	168,4%	151,8%		174,8%	158,3%	
Cobertura do Crédito vencido	152,4%	138,0%		172,0%	153,5%	
Cobertura de NPL > 90 dias	127,6%	106,0%		133,6%	107,7%	
Cobertura de NPE	64,7%	55,5%		65,5%	55,1%	
EBA						
Rácio NPE (inclui títulos e extra-patrimoniais)	3,6%	5,2%		3,8%	5,8%	

Nota: Os NPE incluem apenas o crédito a clientes, tal como definido no glossário.

Os **recursos totais de clientes** apresentaram uma evolução favorável e praticamente transversal a todas as rubricas quer na atividade em Portugal, quer na atividade internacional, ascendendo em termos consolidados a 87.042 milhões de euros em 31 de março de 2021, 8,9% acima dos 79.955 milhões de euros apurados na mesma data do ano anterior.

O desempenho dos recursos de balanço foi determinante para a boa evolução dos recursos totais de clientes, nomeadamente no que respeita aos depósitos e outros recursos de clientes que, em termos consolidados, apresentaram um aumento de 4.558 milhões de euros, de 60.815 milhões de euros em 31 de março de 2020, para 65.373 milhões de euros em 31 de março de 2021. Os recursos totais de clientes beneficiaram ainda do crescimento de 2.504 milhões de euros dos recursos fora de balanço, que evoluíram de 17.649 milhões de euros em 31 de março de 2020 para 20.153 milhões de euros em 31 de março de 2021.

Na atividade em Portugal, os recursos totais evidenciaram um aumento de 5.573 milhões de euros face aos 56.558 milhões de euros registados em 31 de março de 2020, ascendendo a 62.131 milhões de euros no final de março de 2021. Esta evolução traduz maioritariamente o desempenho dos depósitos e outros recursos de clientes, que evoluíram de 40.248 milhões de euros, para 44.048 milhões de euros no mesmo período, reafirmando o seu peso na estrutura de financiamento do ativo. Os recursos fora de balanço também contribuíram para o crescimento dos recursos totais, situando-se 1.666 milhões de euros acima do montante apurado na mesma data do ano anterior, devido maioritariamente ao aumento dos ativos distribuídos, em particular por via da colocação de fundos de investimento. Ainda que mais modesto, os ativos sob gestão também apresentaram um aumento face à mesma data do ano anterior, pese embora o mesmo tenha sido absorvido quase na íntegra pela redução verificada nos seguros de poupança e investimento.

Na atividade internacional, os recursos totais aumentaram 1.514 milhões de euros face aos 23.397 milhões de euros apurados em 31 de março 2020, alcançando 24.911 milhões de euros na mesma data do ano corrente. Para esta evolução contribuiu o desempenho quer dos recursos de balanço, quer dos recursos fora de balanço, cujos crescimentos foram de 676 milhões de euros e de 838 milhões de euros, respetivamente. A subsidiária polaca foi a principal responsável pela boa evolução dos recursos na atividade internacional, sendo também de destacar o contributo da operação suíça no que respeita ao aumento dos ativos sob gestão.

Em termos consolidados, os recursos de clientes de balanço, em 31 de março de 2021, representavam 77% dos recursos totais de clientes (78% na mesma data no ano anterior), enquanto o peso dos depósitos e outros recursos de clientes nos recursos totais era de 75% (76% em 31 de março de 2020).

O rácio de transformação, no âmbito da definição estabelecida pela instrução do Banco de Portugal nº 16/2004, situou-se em 83% em 31 de março de 2021, que compara com 86% no final de março do ano anterior. O mesmo indicador, considerando os recursos de clientes de balanço, evoluiu de 84% em 31 de março de 2020 para 81% na mesma data de 2021.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20	Var. 21/20
RECURSOS DE CLIENTES DE BALANÇO	66.888	62.306	7,4%
Depósitos e outros recursos de clientes	65.373	60.815	7,5%
Débitos para com clientes titulados	1.515	1.490	1,7%
RECURSOS DE CLIENTES FORA DE BALANÇO	20.153	17.649	14,2%
Ativos sob gestão	6.467	5.092	27,0%
Ativos distribuídos	5.814	4.017	44,7%
Seguros de poupança e de investimento	7.872	8.540	-7,8%
TOTAL	87.042	79.955	8,9%
do qual:			
Atividade em Portugal	62.131	56.558	9,9%
Atividade internacional	24.911	23.397	6,5%

A **carteira de títulos** do Grupo, tal como definida no glossário, evidenciou um crescimento de 18,9% face aos 16.663 milhões de euros registados em 31 de março de 2020, atingindo 19.806 milhões de euros em igual data de 2021, aumentando o seu peso no ativo total de 20,4% para 22,4% no mesmo período.

A evolução da carteira de títulos do Grupo foi determinada pelo reforço da carteira afeta à atividade em Portugal, que evoluiu de 10.842 milhões de euros no final de março de 2020, para 13.900 milhões de euros em 31 de março de 2021, refletindo o aumento das carteiras de dívida soberana portuguesa, italiana e espanhola. A carteira de títulos afeta à atividade internacional, por sua vez, também registou um aumento face ao montante apurado em 31 de março de 2020, embora menos expressivo (1,5%).

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O rácio regulamentar de cobertura de liquidez (LCR: *Liquidity Coverage Ratio*), em base consolidada, situou-se em 270% no final de março de 2021, mantendo-se confortavelmente acima do requisito mínimo de 100%, suportado em carteiras de ativos altamente líquidos de valor compatível com uma gestão prudente da liquidez de curto prazo por parte do Grupo. O rácio de cobertura de liquidez aumentou significativamente face ao rácio apurado na mesma data do ano anterior (218%), que já refletia um elevado nível de cobertura.

Paralelamente, o Grupo dispõe de uma forte base de financiamento estável, caracterizada pelo elevado peso dos depósitos de clientes na estrutura de *funding*, por financiamento colateralizado e por instrumentos de médio e longo prazo, que permitiu que o rácio de financiamento estável (NSFR: *Net Stable Funding Ratio*) apurado em 31 de março de 2021 se fixasse em 144% (132% em 31 de março de 2020).

Os últimos 12 meses foram marcados pelo impacto da pandemia associada à COVID-19, ao qual as entidades de supervisão e os bancos centrais responderam, logo em abril de 2020, com um conjunto alargado de medidas de mitigação. Neste âmbito, o BCE decidiu aumentar a provisão de liquidez adicional ao sistema bancário através da criação das “Operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas III” (“ORPA III”, “TLTRO III” na abreviatura inglesa) e proceder a uma redução transversal dos *haircuts* aplicáveis a todos os tipos de ativos elegíveis para desconto junto do BCE, no caso dos *portfolios* de direitos de crédito com caráter permanente. Salvo decisão em contrário, por parte do BCE, as medidas de caráter temporário deverão vigorar até 30 de junho de 2022.

Embora todos os indicadores de liquidez relativos a depósitos de clientes e aos *buffers* de liquidez detidos junto de bancos centrais tenham demonstrado uma total estabilidade, quer no BCP S.A., quer nas suas principais subsidiárias, o BCP optou, numa ótica cautelosa, por ajustar com celeridade a sua política de financiamento. Em consequência, ainda em abril de 2020, tomou no BCE 1,5 mil milhões de euros adicionais por recurso a Operações principais de refinanciamento (“OPR”, “MRO” na abreviatura inglesa) com prazo de 3 meses, elevando assim a sua exposição ao banco central, de 4,0 mil milhões de euros relativos à Operação de refinanciamento de prazo alargado direcionada II (“ORPA II”, “TLTRO II” na abreviatura inglesa) para 5,5 mil milhões de euros. Em junho, na data de vencimento das ORPA II e das OPR anteriormente referidas, o Banco tomou 7,6 mil milhões de euros na ORPA III. Já no primeiro trimestre de 2021, após decisão do BCE de alargar o recurso à ORPA III a 55% dos empréstimos elegíveis, o BCP decidiu aceder a uma tranche adicional de 600 milhões de euros, elevando para 8,15 mil milhões de euros o montante bruto tomado neste instrumento.

Após estas operações, o financiamento líquido junto do BCE atingiu, no final do primeiro trimestre de 2021, 2,9 mil milhões de euros, mais 897 milhões de euros que um ano antes. A liquidez adicional assim obtida, acrescida da que resultou da contínua redução do *gap* comercial em Portugal, foi aplicada prioritariamente no apoio à economia real e ainda, dada a sua magnitude, no reembolso antecipado dos empréstimos de longo prazo contraídos junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI), que totalizou 1,0 mil milhões de euros no período anual finalizado em 31 de março (dos quais 750 milhões de euros em junho de 2020 e 250 milhões de euros em outubro de 2020), no reforço

em 3,0 mil milhões de euros das carteira de títulos em Portugal e em liquidez depositada no Banco de Portugal (acréscimo face ao ano transato de 3,2 mil milhões de euros, para 5,3 mil milhões de euros).

Ainda com impacto no reforço da sua posição de liquidez durante o primeiro trimestre de 2021, o BCP tirou partido de condições de mercado favoráveis e antecipou a execução de uma emissão *senior preferred*, no montante de 500 milhões de euros, para cumprimento dos requisitos designados por “MREL” e prevista no Plano de Liquidez apenas para o terceiro trimestre de 2021.

O crescimento das carteiras de dívida soberana contribuiu para o aumento da carteira de ativos elegíveis para desconto no BCE, tendo esta sido igualmente reforçada, no âmbito de uma gestão prudente da liquidez, pela inclusão na *pool* de política monetária, em abril de 2020, de uma emissão de obrigações hipotecárias próprias avaliada atualmente em 1,8 mil milhões de euros após *haircuts*. O efeito anterior combinado com o decréscimo transversal dos *haircuts* promovido pelo BCE elevou para 23,0 mil milhões de euros o saldo dos ativos elegíveis para desconto (após *haircuts*) em março de 2021, mais 6,9 mil milhões de euros que um ano antes. No mesmo período, o *buffer* de liquidez junto do BCE aumentou 5,9 mil milhões de euros, para 20,1 mil milhões de euros.

De igual modo, as principais subsidiárias demonstraram, no período anual findo em 31 de março de 2021, a resiliência das suas posições de liquidez, através do reforço dos *buffers* disponíveis para desconto nos respetivos bancos centrais, que no caso do Bank Millennium cresceu 557 milhões de euros, para um total de 5,0 mil milhões de euros, e no Millennium bim aumentou 86 milhões de euros, para 933 milhões de euros. Em conformidade, ambas as operações posicionaram-se, ao longo de 2020 e até março de 2021, na zona de conforto dos indicadores de risco de liquidez adotados transversalmente pelo Grupo, bem como em todos os indicadores regulatórios.

Em termos consolidados, o risco de refinanciamento de instrumentos de médio longo prazo manter-se-á em níveis muito reduzidos nos próximos anos, dado que apenas em 2022 atingirá 1,0 mil milhões de euros. Mesmo neste caso, envolverá o pagamento de uma emissão de obrigações hipotecárias nesse exato valor, cujo colateral será integrado no *buffer* de liquidez descontável no BCE após o reembolso, significando por isso uma perda pouco significativa de liquidez.

CAPITAL

O rácio CET1 estimado em 31 de março de 2021 fixou-se em 12,2% em *phased-in* e *fully implemented*, refletindo uma variação de +28 e de +19 pontos base, respetivamente, face aos rácios de 11,9% e 12,0% reportados em termos *phased-in* e *fully implemented* no mesmo período de 2020 e acima dos rácios mínimos regulamentares definidos no âmbito do SREP (*Supervisory Review and Evaluation Process*) para o ano de 2021 (CET1 8,828%, T1 10,750% e Total 13,313%).

A geração orgânica de capital permitiu colmatar os impactos negativos da redução da taxa de desconto do fundo de pensões e do provisionamento para créditos em francos suíços no Bank Millennium na Polónia, mantendo o rácio CET1 acima dos valores registados em igual período de 2020, em linha com os objetivos de médio prazo do banco.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20
FULLY IMPLEMENTED		
Fundos Próprios		
<i>Common Equity Tier1 (CET1)</i>	5.575	5.449
<i>Tier1 (T1)</i>	6.105	5.975
Fundos próprios totais	7.096	7.016
Riscos ponderados	45.822	45.512
Rácios de solvabilidade		
<i>CET1</i>	12,2%	12,0%
<i>Tier1</i>	13,3%	13,1%
Total	15,5%	15,4%
PHASED-IN		
<i>CET1</i>	12,2%	11,9%

Nota: Os rácios de março de 2021 e de março de 2020 incluem os resultados líquidos positivos acumulados dos respetivos períodos.

Os rácios de março de 2021 correspondem a valores estimados, não auditados

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

Os acontecimentos mais significativos no primeiro trimestre de 2021 foram os seguintes:

- Em 5 de fevereiro de 2021, o Banco Comercial Português, S.A. (Banco) fixou as condições de uma emissão de títulos representativos de dívida sénior preferencial ao abrigo do seu Euro Note Programme. A emissão, no montante de 500 milhões de euros, tem um prazo de 6 anos, com opção de reembolso antecipado pelo Banco ao fim de 5 anos, um preço de emissão de 99,879% e uma taxa de juro de 1,125%, ao ano, durante os primeiros 5 anos (correspondente a um spread de 1,55% sobre a taxa mid-swaps de 5 anos). No 6º ano, a taxa de juro resultará da soma da Euribor a 3 meses com um spread de 1,55%.
- O Millennium bcp e o Fundo Europeu de Investimento assinaram dois contratos ao abrigo do Fundo de Garantia Pan-Europeu no montante de cerca de 1,200 milhões de euros, tendo como objetivo apoiar a recuperação das PME portuguesas afetadas pela crise económica causada pela pandemia COVID-19.
- O Millennium bcp assumiu que utilizará apenas eletricidade 100% verde nas suas instalações em Portugal, num mix de energia produzida pela central fotovoltaica do Banco e de energia adquirida com certificado de origem renovável.
- O Millennium bcp alargou a sua oferta de pagamentos *wireless* através dos relógios Fitbit e Garmin, contribuindo para que os seus Clientes tenham acesso a uma oferta digital cada vez mais completa, mantendo a simplicidade e a segurança.

RECONHECIMENTO EXTERNO

- O Millennium bcp foi distinguido com a “Escolha do Consumidor 2021”, destacando-se nos atributos: “Canais Digitais”, “Segurança”, “Informações Claras”, “Credibilidade da Marca”, “Capacidade de Resposta”, “Taxas Cobradas”, “Comunicação Simples e de Fácil Compreensão dos Produtos”, “Rapidez na Resposta” e “Bom Serviço Online”.
- O Millennium bcp foi, pelo 3º ano consecutivo, o Banco com maior número de estatutos PME Líder atribuídos às PME.
- O BCP regressou em 2021 ao “The Sustainability Yearbook”, publicação de referência na área da Sustentabilidade agora editada pelo analista S&P com base na informação recolhida nas respostas das empresas ao “Dow Jones Sustainability Indices”.
- O Millennium bcp integra, pelo 2º ano consecutivo, o Bloomberg Gender-Equality Index 2021, destacando-se na implementação de práticas e políticas de igualdade de género, diversidade e inclusão. Simultaneamente, o Banco aderiu também à Women’s Empowerment Principles das Nações Unidas, uma plataforma internacional de promoção de igualdade de género.
- O Millennium bcp foi distinguido pela revista Global Finance como “Best Investment Bank” em Portugal em 2021.
- O Millennium bcp foi distinguido nos Prémios de Comunicação Meios & Publicidade, tendo sido premiado com o filme “Vai Correr Bem”, nas categorias “Banca, Finança e Seguros” e “Comunicação Interna” e com o Millennium Festival ao Largo 2020, na categoria “Eventos”.
- O Grupo BCP foi eleito “Best Foreign Exchange Provider” em Portugal, Moçambique e Polónia em 2021.
- O Bank Millennium foi distinguido pela consultora Bain & Company como um dos dez bancos europeus digitalmente mais avançados.
- O Bank Millennium foi distinguido na categoria de Melhor Performance na Polónia, na edição de 2021 dos Prémios SRP European, a mais prestigiada competição no setor de produtos estruturados, organizada pela SRP Structured Retail Products.
- O Bank Millennium foi o banco com melhor desempenho no *ranking* “Climate Leaders Poland 2021” (Líderes do Clima Polónia 2021) da revista Forbes, alcançando o segundo lugar entre as empresas polacas na lista relativa à redução de emissões de gases com efeito estufa.
- O ActivoBank foi distinguido com a “Escolha do Consumidor 2021” na categoria de “Banco digital”.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê uma forte recuperação da economia mundial em 2021, após a recessão global de 2020. Contudo, a retoma deverá prosseguir de forma heterógena entre os principais blocos económicos, em função da evolução da pandemia e das medidas de política económica, estando sujeita a um grau significativo de incerteza.

Nos três primeiros meses do ano, a economia norte-americana cresceu 1,6%, em termos trimestrais, com o consumo privado a registar um aumento muito significativo, impulsionado pelas medidas de cariz orçamental dirigidas às famílias. No cômputo do ano, o FMI prevê que o PIB dos EUA cresça 6,4%. Na área do euro, o desempenho da atividade económica manteve-se fortemente condicionado pela necessidade de reintrodução de restrições sanitárias em vários Estados-membros, com o PIB a registar uma queda em cadeia de 0,6% no primeiro trimestre. O quadro de incerteza económica, a par com a subida generalizada das *yields* dos títulos de dívida pública nos países da UEM, determinou um reforço do grau de acomodação da política monetária do BCE, por via da intensificação do ritmo de compras de ativos, no âmbito do programa de emergência de compra de dívida pública lançado em 2020. A manutenção de uma política monetária expansionista contribuiu para a permanência das taxas de juro Euribor em torno dos mínimos históricos.

No primeiro trimestre de 2021, a evolução dos mercados financeiros beneficiou das perspetivas de forte retoma da atividade económica global, decorrentes dos progressos ao nível da vacinação e do elevado teor de acomodação da política económica, em particular nos EUA. Com efeito, as classes de ativos de maior risco, incluindo as ações, as matérias-primas, as obrigações empresariais e as criptomoedas, exibiram valorizações, a par com uma subida generalizada das taxas de juro de longo prazo. No segmento cambial, salienta-se a depreciação do euro contra o dólar norte-americano.

A economia portuguesa registou no primeiro trimestre uma contração de 3,3%, em cadeia. A necessidade de novas medidas de distanciamento social, em virtude do agravamento da pandemia no início do ano, voltou a revelar-se particularmente adversa para o setor do turismo, cujo impacto negativo sobre o PIB deverá, contudo, ter sido atenuado pela melhoria das exportações de bens, pela resiliência do investimento em construção e por uma menor contração do consumo privado, comparativamente com o observado na primavera de 2020. O desconfinamento gradual a partir da segunda metade de março, aliado ao processo de vacinação em curso e à permanência das iniciativas de suporte à atividade, deverá contribuir para uma recuperação acentuada da economia a partir do segundo trimestre, que se deverá saldar num crescimento do PIB de 3,9% em 2021, de acordo com as previsões do Banco de Portugal. A incerteza em torno da situação económica teve, no entanto, um impacto muito limitado na evolução dos prémios de risco da dívida pública portuguesa.

Na Polónia, o agravamento da situação pandémica determinou a reintrodução de restrições sanitárias que terão penalizado a atividade económica no primeiro trimestre, designadamente no que respeita ao setor dos serviços. Porém, o impacto sobre o PIB deverá ser significativamente menor que o observado nos surtos pandémicos de 2020, beneficiando de um maior dinamismo da indústria, suportada pelo aumento da procura externa. Em face de um quadro de maior incerteza, o złóti depreciou-se em relação ao euro, tendo atingido níveis não observados desde 2009 (4,65 zlotis por euro). A partir do segundo trimestre é expectável que a economia polaca retome uma trajetória de crescimento que, no conjunto do ano, se deverá traduzir numa expansão de 3,5%, de acordo com as previsões do FMI.

Em Moçambique, após a queda do PIB de 1,3% em 2020, a atividade económica deverá recuperar no decurso de 2021, suportada pela retoma da procura externa e pela implementação de projetos de exploração de gás natural na Bacia do Rovuma. Segundo o FMI, o crescimento da economia moçambicana é estimado em 2,1% em 2021, o que

corresponde, no entanto, a um ritmo moderado, condicionado, nomeadamente, pelos riscos de prevalência de focos de instabilidade militar. No conjunto do trimestre, o metical apreciou-se, em resultado da intervenção do banco central para conter as pressões inflacionistas. Em Angola, as debilidades da economia nacional aliadas a uma forte redução do preço do petróleo, decorrente da recessão global, resultaram numa contração do PIB de 5,2% no ano transato. Em 2021, as reformas estruturais que têm vindo a ser implementadas e a perspetiva de subida dos preços das matérias-primas, num contexto de recuperação da economia mundial, deverão permitir retomar uma trajetória de crescimento económico, de acordo com o FMI.

INDICADORES CONSOLIDADOS, ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	mar. 21	mar. 20	Var. 21/20	mar. 21	mar. 20	Var. 21/20	mar. 21	mar. 20	Var. 21/20
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
Margem financeira	376,0	385,5	-2,5%	204,5	186,4	9,7%	171,5	199,1	-13,8%
Rendimentos de instrumentos de capital	0,0	0,1	-46,4%	-	-	-	0,0	0,1	-46,4%
Resultado de serviços e comissões	177,9	179,8	-1,0%	119,6	119,3	0,2%	58,4	60,5	-3,6%
Resultados em operações financeiras	42,9	61,4	-30,1%	32,6	45,3	-28,1%	10,3	16,1	-35,9%
Outros proveitos de exploração líquidos	(23,4)	(40,4)	42,0%	2,0	(3,3)	161,4%	(25,4)	(37,1)	31,5%
Resultados por equivalência patrimonial	15,4	10,8	42,2%	15,0	9,3	60,3%	0,4	1,4	-74,9%
Produto bancário	588,8	597,2	-1,4%	373,6	357,1	4,6%	215,2	240,1	-10,4%
Custos com o pessoal	146,9	164,7	-10,8%	87,8	92,8	-5,4%	59,0	71,8	-17,8%
Outros gastos administrativos	78,1	86,3	-9,5%	43,0	43,1	-0,2%	35,1	43,2	-18,7%
Amortizações do exercício	34,4	34,8	-1,2%	19,8	19,0	4,4%	14,5	15,8	-8,0%
Custos operacionais	259,3	285,7	-9,2%	150,7	155,0	-2,8%	108,6	130,8	-16,9%
Custos operacionais excluindo itens específicos	258,6	276,3	-6,4%	150,0	152,3	-1,6%	108,6	123,9	-12,3%
Resultados antes de imparidades e provisões	329,5	311,4	5,8%	222,9	202,1	10,3%	106,6	109,3	-2,5%
Imparidade do crédito (líquida de recuperações)	111,0	86,1	28,8%	91,0	58,4	55,8%	20,0	27,8	-27,8%
Outras imparidades e provisões	131,8	115,7	14,0%	11,4	82,2	-86,2%	120,5	33,5	>200%
Resultado antes de impostos	86,7	109,6	-20,9%	120,6	61,6	96,0%	(34,0)	48,1	-170,6%
Impostos	57,6	65,6	-12,2%	37,0	45,4	-18,5%	20,6	20,3	1,8%
Correntes	22,7	27,0	-15,9%	2,9	0,6	>200%	19,8	26,4	-24,8%
Diferidos	34,9	38,7	-9,7%	34,1	44,8	-23,8%	0,8	(6,1)	113,2%
Resultado após impostos de operações em continuação	29,1	44,0	-33,9%	83,6	16,2	>200%	(54,6)	27,8	<-200%
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	(28,8)	8,7	<-200%	0,2	(0,1)	>200%	(28,9)	8,8	<-200%
Resultado líquido	57,8	35,3	63,8%	83,4	16,2	>200%	(25,6)	19,1	<-200%
INDICADORES DE BALANÇO E DE ATIVIDADE									
Ativo total	88.566	81.499	8,7%	62.778	55.757	12,6%	25.788	25.743	0,2%
Recursos totais de clientes	87.042	79.955	8,9%	62.131	56.558	9,9%	24.911	23.397	6,5%
Recursos de clientes de balanço	66.888	62.306	7,4%	45.526	41.619	9,4%	21.362	20.687	3,3%
Depósitos e outros recursos de clientes	65.373	60.815	7,5%	44.048	40.248	9,4%	21.325	20.567	3,7%
Débitos para com clientes titulados	1.515	1.490	1,7%	1.478	1.371	7,8%	37	120	-68,9%
Recursos de clientes fora de balanço	20.153	17.649	14,2%	16.605	14.939	11,2%	3.549	2.711	30,9%
Ativos sob gestão	6.467	5.092	27,0%	3.888	3.120	24,6%	2.579	1.972	30,8%
Ativos distribuídos	5.814	4.017	44,7%	5.273	3.658	44,2%	541	359	50,5%
Seguros de poupança e de investimento	7.872	8.540	-7,8%	7.443	8.160	-8,8%	429	379	13,2%
Crédito a clientes (bruto)	56.351	54.685	3,0%	38.644	37.333	3,5%	17.707	17.352	2,0%
Particulares	32.440	31.550	2,8%	19.673	19.443	1,2%	12.767	12.107	5,4%
Hipotecário	26.708	25.724	3,8%	17.632	17.287	2,0%	9.076	8.437	7,6%
Pessoal	5.732	5.826	-1,6%	2.041	2.156	-5,3%	3.691	3.671	0,5%
Empresas	23.911	23.135	3,4%	18.971	17.890	6,0%	4.940	5.245	-5,8%
QUALIDADE DO CRÉDITO									
Crédito vencido total	1.316	1.579	-16,6%	835	1.048	-20,3%	481	531	-9,4%
Crédito vencido há mais de 90 dias	1.192	1.435	-16,9%	822	1.016	-19,1%	370	419	-11,8%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito a clientes	2,1%	2,6%		2,1%	2,7%		2,1%	2,4%	
Imparidade do crédito (balanço)	2.007	2.178	-7,9%	1.436	1.608	-10,7%	570	570	-0,0%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	3,6%	4,0%		3,7%	4,3%		3,2%	3,3%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	168,4%	151,8%		174,8%	158,3%		154,3%	136,1%	
<i>Stock de Non-Performing Exposures</i>	3.100	3.928	-21,1%	2.193	2.918	-24,8%	907	1.010	-10,2%
<i>Non-Performing Exposures / Crédito a clientes</i>	5,5%	7,2%		5,7%	7,8%		5,1%	5,8%	
Imparidade do crédito (balanço) / NPE	64,7%	55,5%		65,5%	55,1%		62,9%	56,5%	
Crédito reestruturado	2.508	2.746	-8,7%	1.985	2.228	-10,9%	523	518	0,9%
Crédito reestruturado / Crédito a clientes	4,5%	5,0%		5,1%	6,0%		3,0%	3,0%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	79	63		94	63		46	65	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
DEMONSTRAÇÕES INTERCALARES CONDENSADAS DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Milhares de euros)

	31 março 2021	31 março 2020
Juros e proveitos equiparados	404.067	500.427
Juros e custos equiparados	(28.051)	(114.958)
MARGEM FINANCEIRA	376.016	385.469
Rendimentos de instrumentos de capital	30	56
Resultados de serviços e comissões	177.946	179.827
Resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados	805	(5.979)
Ganhos / (perdas) cambiais	20.304	65.020
Resultados de contabilidade de cobertura	1.033	(3.711)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	(3.410)	(14.367)
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	24.162	20.428
Resultados da atividade seguradora	2.077	3.207
Outros proveitos / (custos) de exploração	(24.460)	(38.473)
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS	574.503	591.477
Custos com o pessoal	146.857	164.671
Outros gastos administrativos	78.103	86.904
Amortizações	34.357	34.785
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS	259.317	286.360
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE PROVISÕES E IMPARIDADES	315.186	305.117
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	(110.918)	(86.892)
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(1.431)	735
Imparidade de outros ativos	(8.159)	(11.369)
Outras provisões	(122.320)	(104.297)
RESULTADO OPERACIONAL	72.358	103.294
Resultados por equivalência patrimonial	15.352	10.793
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(1.040)	(4.463)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	86.670	109.624
Impostos		
Correntes	(22.686)	(26.964)
Diferidos	(34.922)	(38.674)
RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO	29.062	43.986
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	-
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	29.062	43.986
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	57.815	35.299
Interesses que não controlam	(28.753)	8.687
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	29.062	43.986
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,013	0,007
Diluído	0,013	0,007

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
BALANÇOS CONSOLIDADOS INTERCALARES CONDENSADOS
EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Milhares de euros)

	31 março 2021	31 dezembro 2020	31 março 2020
ATIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	6.506.551	5.303.864	3.334.825
Disponibilidades em outras instituições de crédito	269.472	262.395	262.966
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Aplicações em instituições de crédito	892.552	1.015.087	1.437.612
Crédito a clientes	52.487.580	52.120.815	49.624.058
Títulos de dívida	6.281.166	6.234.545	6.064.913
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos financeiros detidos para negociação	1.158.247	1.031.201	2.393.493
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.307.441	1.315.467	1.361.453
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	-	-	31.454
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	13.466.818	12.140.392	10.381.491
Derivados de cobertura	106.521	91.249	100.306
Investimentos em associadas	449.660	434.959	406.046
Ativos não correntes detidos para venda	991.706	1.026.481	1.248.079
Propriedades de investimento	7.891	7.909	13.268
Outros ativos tangíveis	630.557	640.825	694.827
Goodwill e ativos intangíveis	237.269	245.954	224.393
Ativos por impostos correntes	12.435	11.676	29.778
Ativos por impostos diferidos	2.647.951	2.633.790	2.682.502
Outros ativos	1.112.062	1.296.812	1.207.640
TOTAL DO ATIVO	88.565.879	85.813.421	81.499.104
PASSIVO			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Recursos de instituições de crédito	9.186.206	8.898.759	6.718.840
Recursos de clientes e outros empréstimos	65.192.226	63.000.829	59.397.831
Títulos de dívida não subordinada emitidos	1.817.891	1.388.849	1.554.247
Passivos subordinados	1.278.720	1.405.172	1.516.864
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos financeiros detidos para negociação	209.170	278.851	340.476
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.599.340	1.599.405	2.659.135
Derivados de cobertura	222.884	285.766	366.202
Provisões	553.574	443.799	389.189
Passivos por impostos correntes	10.439	14.827	9.527
Passivos por impostos diferidos	6.096	7.242	9.534
Outros passivos	1.193.569	1.103.652	1.287.920
TOTAL DO PASSIVO	81.270.115	78.427.151	74.249.765
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	4.725.000	4.725.000	4.725.000
Prémio de emissão	16.471	16.471	16.471
Outros instrumentos de capital	400.000	400.000	400.000
Reservas legais e estatutárias	254.464	254.464	240.535
Títulos próprios	-	(40)	(67)
Reservas e resultados acumulados	730.106	642.397	638.155
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco	57.815	183.012	35.299
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ATRIBUÍVEIS AOS ACIONISTAS DO BANCO	6.183.856	6.221.304	6.055.393
Interesses que não controlam	1.111.908	1.164.966	1.193.946
TOTAL DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7.295.764	7.386.270	7.249.339
TOTAL DO PASSIVO E DOS CAPITAIS PRÓPRIOS	88.565.879	85.813.421	81.499.104

INDICADORES ALTERNATIVOS DE DESEMPENHO

O Grupo BCP prepara a informação financeira de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) endossadas pela União Europeia. Como complemento dessa informação, o Grupo BCP utiliza um conjunto de indicadores alternativos de desempenho que permitem monitorizar a evolução da sua atividade ao longo do tempo. Na sequência das orientações sobre Indicadores Alternativos de Desempenho publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) em outubro de 2015 (ESMA/2015/1415), são apresentados, neste anexo, alguns indicadores relacionados com a avaliação da rendibilidade e eficiência e da qualidade da carteira de crédito, entre outros que se destinam a facilitar a compreensão sobre a evolução da posição económica e financeira do Grupo BCP. A informação apresentada neste âmbito não foi auditada e não substitui, em qualquer circunstância, a informação financeira preparada de acordo com as IFRS. Salienta-se também que as definições e conceitos utilizados pelo Grupo BCP para o cálculo destes indicadores podem diferir dos utilizados por outras entidades no apuramento de outras medidas semelhantes, podendo não ser, por isso, diretamente comparáveis. Em conformidade com as orientações referidas, os indicadores alternativos de desempenho, seguidamente detalhados, são apresentados conjuntamente com informação adicional que reconcilia os valores contabilísticos apresentados no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e a informação financeira que reflete os critérios de gestão adotados pelo Grupo BCP. Estes indicadores e as respetivas componentes são também descritos de forma mais detalhada no glossário.

1) Crédito a clientes líquido / Recursos de clientes de balanço

Relevância do indicador: o rácio de transformação dos recursos de clientes de balanço em crédito (líquido) é um indicador de liquidez que permite avaliar especificamente a estrutura de *funding* de retalho do Grupo.

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20
Crédito a clientes (líq.) (1)	54.344	52.507
Recursos de clientes de balanço (2)	66.888	62.306
	(1) / (2)	81,2% 84,3%

2) Rendibilidade do ativo médio (“ROA”)

Relevância do indicador: permite avaliar a capacidade do Grupo para gerar resultados com o volume de ativos disponíveis.

Milhões de euros

	3M21	3M20
Resultado líquido (1)	58	35
Interesses que não controlam (2)	-29	9
Ativo médio (3)	87.267	82.402
	[(1) + (2), anualizado] / (3)	0,1% 0,2%

3) Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”)

Relevância do indicador: permite aferir sobre a capacidade do Grupo para remunerar os detentores do seu capital, avaliando o nível de rendibilidade gerada pelos fundos investidos pelos acionistas no Grupo.

Milhões de euros

	3M21	3M20
Resultado líquido (1)	58	35
Capitais próprios médios (2)	5.793	5.802
	[(1), anualizado] / (2)	4,0% 2,4%

4) Rácio de eficiência (*cost to income*)

Relevância do indicador: permite monitorizar o nível de eficiência do Grupo (excluindo itens específicos), avaliando o volume de custos operacionais incorridos para gerar o produto bancário alcançado.

Milhões de euros

	3M21	3M20
Custos operacionais (1)	259	286
dos quais: itens específicos (2)	1	9
Produto bancário (3)*	589	597
	43,9%	46,3%
	$[(1) - (2)] / (3)$	

* Exclui os itens específicos, reconhecidos na subsidiária polaca, no primeiro trimestre de 2020, relativos a custos com a aquisição, fusão e integração do Euro Bank S.A., no montante de 0,1 milhões de euros.

5) Custo do risco, líquido de recuperações (expresso em pontos base, anualizado)

Relevância do indicador: permite aferir sobre a qualidade da carteira de crédito avaliando a relação entre as dotações para imparidade reconhecidas no período (líquidas de reversões e recuperações de crédito e juros) e o *stock* de crédito a clientes no final desse período.

Milhões de euros

	3M21	3M20
Crédito a clientes ao custo amortizado, antes de imparidade (1)	55.975	54.340
Dotações para imparidade (líquidas de recuperações) (2)	111	86
	79	63
	$[(2), anualizado] / (1)$	

6) Non-performing exposures (NPE) / Crédito a clientes (bruto)

Relevância do indicador: permite avaliar o nível de risco de crédito a que o Grupo se encontra exposto em função da proporção da carteira de crédito NPE no total da carteira de crédito a clientes (bruto).

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20
<i>Non-Performing Exposures</i> (1)	3.100	3.928
Crédito a clientes (bruto) (2)	<u>56.351</u>	<u>54.685</u>
(1) / (2)	5,5%	7,2%

7) Cobertura de non-performing exposures (NPE) por imparidades

Relevância do indicador: permite avaliar o nível de cobertura da carteira NPE pelo volume de imparidade do crédito de balanço constituída pelo Grupo.

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20
<i>Non-Performing Exposures</i> (1)	3.100	3.928
Imparidade do crédito de balanço (2)	<u>2.007</u>	<u>2.178</u>
(2) / (1)	64,7%	55,5%

RECONCILIAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA COM OS CRITÉRIOS DE GESTÃO DO GRUPO

Crédito a clientes

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20
Crédito a clientes ao custo amortizado (Balanço contabilístico)	52.488	49.624
Títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito	1.505	2.559
Valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados	352	324
Crédito a clientes (líquido) considerando os critérios de gestão	54.344	52.507
Imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado	1.973	2.144
Imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito	9	13
Ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados	24	21
Crédito a clientes (bruto) considerando os critérios de gestão	56.351	54.685

Imparidade do crédito a clientes (DR)

Milhões de euros

	3M21	3M20
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado (DR contabilística) (1)	111	87
Imparidade de Aplicações em Instituições de crédito (ao custo amortizado) (2)	0	0
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado não associados a operações de crédito (3)	0	1
Imparidade do crédito a clientes considerando os critérios de gestão (1)-(2)-(3)	111	86

Recursos de balanço de clientes

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (1)	1.599	2.659
Empréstimos obrigacionistas e certificados ao justo valor através de resultados (2)	1.418	1.242
Depósitos de clientes ao justo valor através de resultados considerando os critérios de gestão (3) = (1) - (2)	181	1.418
Recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (4)	65.192	59.398
Depósitos e outros recursos de clientes considerando os critérios de gestão (5) = (3) + (4)	65.373	60.815
Títulos de dívida não subordinada emitidos ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (6)	1.818	1.554
Empréstimos obrigacionistas e certificados ao justo valor através de resultados (7)	1.418	1.242
Títulos de dívida não subordinada colocados em clientes institucionais (8)	1.721	1.306
Débitos para com clientes titulados considerando os critérios de gestão (9) = (6) + (7) - (8)	1.515	1.490
Recursos de clientes de balanço considerando os critérios de gestão (10) = (5) + (9)	66.888	62.306

Carteira de títulos

Milhões de euros

	31 mar. 21	31 mar. 20
Títulos de dívida ao custo amortizado (Balanço contabilístico) (1)	6.281	6.065
Títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade (2)	1.505	2.559
Títulos de dívida ao custo amortizado considerando os critérios de gestão (3) = (1) - (2)	4.776	3.506
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (4)	1.307	1.361
Valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados (5)	352	324
Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados considerando os critérios de gestão (6) = (4) - (5)	956	1.038
Ativos financeiros detidos para negociação (Balanço contabilístico) (7)	1.158	2.393
dos quais: derivados de negociação (8)	551	687
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Balanço contabilístico) (9)	0	31
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Balanço contabilístico) (10)	13.467	10.381
Carteira de títulos considerando os critérios de gestão (12) = (3) + (6) + (7) - (8) + (9) + (10)	19.806	16.663

GLOSSÁRIO

Ativos distribuídos – montantes detidos por clientes no âmbito da colocação de produtos de terceiros que contribuem para o reconhecimento de comissões.

Carteira de títulos – títulos de dívida ao custo amortizado não associados a operações de crédito (líquido de imparidade), ativos financeiros ao justo valor através de resultados (excluindo os montantes relacionados com operações de crédito e os derivados de negociação), ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e ativos com acordo de recompra.

Cobertura de *non-performing loans* (NPL) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPL.

Cobertura de *non-performing exposures* (NPE) por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e *stock* de NPE.

Cobertura do crédito vencido por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido.

Cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades – rácio entre a imparidade do crédito (balanço) e o crédito vencido há mais 90 dias.

Comissões líquidas - resultados de serviços e comissões.

Crédito a clientes (bruto) – crédito a clientes ao custo amortizado antes de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade e crédito a clientes ao justo valor através de resultados antes dos ajustamentos de justo valor.

Crédito a clientes (líquido) – crédito a clientes ao custo amortizado líquido de imparidade, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito líquidos de imparidade e valor de balanço do crédito ao justo valor através de resultados.

Crédito *performing* – crédito a clientes bruto deduzido de *Non-performing exposures* (NPE).

Crédito vencido – valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso.

Crédito vencido há mais de 90 dias - valor total em dívida do crédito (crédito a clientes ao custo amortizado, títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) com prestações de capital ou juros vencidos por um período superior ou igual a 90 dias, ou seja, cuja amortização ou pagamento de juros associados se encontra em atraso por um período superior ou igual a 90 dias.

Custo do risco, líquido (expresso em pontos base) – quociente entre a imparidade do crédito (demonstração de resultados) contabilizada no período e o saldo do crédito a clientes ao custo amortizado e dos títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito antes de imparidade no final do período.

Custos operacionais – custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados – emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Depósitos e outros recursos de clientes - recursos de clientes e outros empréstimos ao custo amortizado e depósitos de clientes ao justo valor através de resultados.

Gap comercial – diferença entre o crédito a clientes (bruto) e os recursos de clientes de balanço.

Imparidade do crédito (balanço) – imparidade de balanço associada ao crédito ao custo amortizado, imparidade de balanço relacionada com os títulos de dívida ao custo amortizado associados a operações de crédito e os ajustamentos de justo valor associados ao crédito a clientes ao justo valor através de resultados.

Imparidade do crédito (demonstração de resultados) – imparidade (líquida de reversões e de recuperações de crédito e juros) de ativos financeiros ao custo amortizado para crédito concedido a clientes e para títulos de dívida associados a operações de crédito.

Non-performing exposures (“NPE”) – crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias ou crédito com reduzida probabilidade de ser cobrado sem realização de colaterais, se reconhecido como crédito em *default* ou crédito com imparidade.

Non-performing loans (“NPL”) - crédito a clientes (crédito a clientes ao custo amortizado e crédito a clientes ao justo valor através de resultados) vencido há mais de 90 dias e o crédito vincendo associado.

Outras imparidades e provisões – imparidade (líquida de reversões) para aplicações de instituições de crédito classificadas ao custo amortizado, imparidade para ativos financeiros (classificados ao justo valor através de outro rendimento integral e ao custo amortizado não associados a operações de crédito), imparidade para outros ativos, nomeadamente de ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com Clientes, de investimentos em associadas e de *goodwill* de subsidiárias e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos – resultados da atividade seguradora, outros proveitos/(custos) de exploração e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos – rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Produto bancário – margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos e resultados por equivalência patrimonial.

Proveitos Core (Core income) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas.

Rácio de eficiência core (cost to core income) – rácio entre os custos operacionais e o *core income*.

Rácio de eficiência (cost to income) – rácio entre os custos operacionais e o produto bancário.

Rácio de transformação – rácio entre o crédito a clientes (líquido) e os depósitos e outros recursos de clientes.

Rácio loan to value (“LTV”) – rácio entre o valor do empréstimo e o valor da avaliação do imóvel.

Recursos de clientes de balanço – depósitos e outros recursos de clientes e débitos para com clientes titulados.

Recursos de clientes fora de balanço – ativos sob gestão, ativos distribuídos e seguros de poupança e investimento subscritos pelos clientes.

Recursos de instituições de crédito – recursos e outros financiamentos de Bancos Centrais e recursos de outras instituições de crédito.

Recursos totais de clientes – recursos de clientes de balanço e recursos de clientes fora de balanço.

Rendibilidade do ativo médio (“ROA”) – relação entre o resultado após impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período). Em que: Resultado após impostos = [Resultado líquido do exercício atribuível a acionistas do Banco + Resultado líquido do exercício atribuível a Interesses que não controlam].

Rendibilidade do ativo médio (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e o total do ativo líquido médio (média ponderada dos saldos médios mensais do ativo líquido no período).

Rendibilidade dos capitais próprios médios (“ROE”) – relação entre o resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco – Ações preferenciais e Outros instrumentos de capital, líquidos de Títulos próprios da mesma natureza].

Rendibilidade dos capitais próprios médios (Instrução BdP n.º 16/2004) – relação entre o resultado antes de impostos e os capitais próprios médios (média ponderada dos capitais próprios médios mensais no período). Em que: Capitais próprios = [Capitais próprios atribuíveis aos acionistas do Banco + Interesses que não controlam].

Rendimentos de instrumentos de capital – dividendos e rendimentos de partes de capital recebidos de investimentos classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e rendimentos de ativos financeiros detidos para negociação.

Resultado operacional Core (Core operating profit) – agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais.

Resultados em operações financeiras – resultados em operações financeiras ao justo valor através de resultados, resultados cambiais, resultados de contabilidade de cobertura, resultados com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado e resultados com o desreconhecimento de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Resultados por equivalência patrimonial – resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer alguma influência, não detém o controlo das políticas financeira e operacional.

Seguros de poupança e investimento – contratos de operações de capitalização, seguros ligados a fundos de investimento (“unit linked”) e planos de poupança (“PPR”, “PPE” e “PPR/E”).

Spread - acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante utilizado pelo Banco na concessão de financiamento ou na captação de fundos.

Taxa de margem financeira (“NIM”) – relação entre a margem financeira relevada no período e o saldo médio do total dos ativos geradores de juros.

Títulos de dívida emitidos – títulos de dívida não subordinada ao custo amortizado e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (empréstimos obrigacionistas e certificados).

Volume de negócios – corresponde ao somatório entre os recursos totais de clientes e o crédito a clientes (bruto).

Disclaimer

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002, considerando a versão vigente.

A informação contida neste documento tem carácter meramente informativo, devendo ser lida em harmonia com todas as outras informações que o Grupo bcp tornou públicas.

As demonstrações financeiras consolidadas condensadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar (IAS 34) tal como adotada pela União Europeia.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros três meses de 2021 e de 2020 não foram objeto de auditoria.